

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 04/05/2015

- [MP analisa se atividade de cantora de funk de SP caracteriza trabalho infantil](#)
- [Medidas para responsabilizar jovens infratores são subutilizadas](#)
- [Reduzir maioria para crimes hediondos pode afetar jovens acusados de tráfico](#)
- [Sistema socioeducativo amedronta jovens; profissionais defendem aprimoramentos](#)
- [Nepal - Unicef mostra preocupação com o tráfico de crianças](#)
- [ONU celebra libertação de 200 meninas nigerianas raptadas pelo Boko Haram](#)
- [Caso Kalungas - ONG denunciou abusos há 5 anos](#)
- [Estudo aponta crescimento de 60% da violência infantil em Teresina](#)
- [Exemplo que vem do Sul - projeto pedagógico reúne educação integral e digital em Viamão \(RS\)](#)
- [Comissão promove debate denúncias de exploração sexual de crianças no Pará](#)
- [CPI da Violência contra Jovens Negros realiza audiência hoje no Rio](#)

**Assunto: MP analisa se atividade de cantora de funk de SP caracteriza trabalho infantil**

**Fonte:** Agência Brasil EBC

**Data:** 04/05/2015



O Ministério Público do Trabalho em São Paulo (MPT/SP) abriu um inquérito para analisar a atividade feita pela cantora infantil Mc Melody, de 8 anos. Segundo o procurador do MPT Marco Antônio Ribeiro Tura, responsável pelo inquérito, instaurado no dia 17, o objetivo é verificar se existe a prática de trabalho infantil, o que é proibido no país.

“O que vamos analisar é se há trabalho, se há provas de fato de que essa menina trabalha. Se ficar comprovado que ela não canta de maneira habitual, não faz *show*, apresentações para o grande público, não vai caracterizar propriamente um trabalho”. O procurador explica que ao MPT cabe a verificação do ponto de vista trabalhista na análise das denúncias recebidas sobre a atuação da menina e que o inquérito foi enviado também ao Ministério Público do Estado de São Paulo para análise de existência de outras possíveis violações na esfera penal. O pai de Melody foi notificado e será ouvido pelo MPT.

“O trabalho é proibido para menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14. Só que várias atividades são terminantemente proibidas, inclusive acima de 16 e abaixo dos 18. São aquelas atividades que colocam em risco a integridade física, psíquica e moral das crianças e adolescentes”, ressalta o procurador, ao destacar o texto da Constituição Federal.

O Brasil é também signatário de convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT): a 138, que trata da idade mínima para trabalhar, e a 182. “A 182 estipula quais são as piores formas de trabalho infantil, que é toda forma de escravidão, tráfico de drogas, atividades ilícitas, e também determina a lista das atividades perigosas”, explica a coordenadora do programa de Combate ao Trabalho Infantil da OIT no Brasil, Maria Cláudia Falcão.

A psicóloga Laís Fontenelle, do Instituto Alana, ressalta que o trabalho precoce pode ser prejudicial e levar a criança a pular etapas. “É um tempo [a infância] em que a criança está se desenvolvendo, ela precisa de um olhar mais atento, de se escolarizar, de se apropriar dos valores”.

“A pobreza leva ao trabalho infantil. Ela [a criança] passa a ter uma educação que não é a melhor, não estuda o suficiente ou para de estudar porque está trabalhando. Ela acaba tendo uma defasagem escolar e aí, para entrar no mercado de trabalho, vem com déficit e o mundo está cada dia mais competitivo, então vai ser muito difícil garantir um trabalho decente e sair do círculo da pobreza”, diz Maria Cláudia, acrescentando que grande parte das crianças que trabalham no Brasil está nas áreas urbanas.

A psicóloga do Instituto Alana chama a atenção para o fato de que, quando a atividade desenvolvida pela criança é ligada à área artística, esse trabalho é glamourizado pela sociedade, por isso há quem acredite que não seja prejudicial. “Acho que é tão legal, que a criança curte tanto ver a sua foto estampada. E será que ela curte? E todas as horas que ela passou ali para ser maquiada, que teve que ir para outro lugar, que muitas vezes pegou várias conduções, não se alimentou direito, tem uma pressão”.

O procurador do Trabalho explica que, com base na Convenção 138 da OIT e na legislação interna, alguns requisitos precisam ser atendidos ao tratar do trabalho artístico. “O primeiro deles é a excepcionalidade desse trabalho. Não é possível que ele seja tido como algo costumeiro, cotidiano”. O procurador ressalta outras exigências como alvará expedido por um juiz federal do Trabalho, observância de princípios de proteção da criança, quesitos relacionados à educação e a jornada de trabalho.

Ao se tornar signatário das convenções, o Brasil passou a reconhecer a existência do problema, o que, para Maria Cláudia Falcão, foi um passo importante. Desde a década de 90, segundo ela, além de ter uma legislação avançada, o país vem trabalhando em ações para a erradicação do trabalho infantil como a criação da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, a coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). “O Brasil é reconhecido internacionalmente por todo o trabalho que vem sendo feito. Tanto que ao longo de 20 anos houve uma redução de quase 60% no número de crianças em situação de trabalho infantil entre 5 e 17 anos. Mas ainda temos 3 milhões”.

Para a representante da OIT, o Brasil teve grande avanço na faixa etária dos 5 aos 13 anos. “[Agora] acho que o grande desafio do Brasil hoje é a política para essa faixa etária de 14 a 17 anos que seria estimular a aprendizagem. Hoje, a aprendizagem no Brasil, apesar de ter um

potencial muito grande, é muito baixa, as empresas não cumprem com a sua cota”. Maria Cláudia Falcão acredita que é preciso também garantir os direitos daqueles que podem trabalhar.

“O ideal seria que eles permanecessem na escola até que os 17 anos, entrassem na universidade, mas a gente sabe que essa é uma realidade que ainda não é possível para o Brasil. Então, para essa faixa etária, para aqueles que realmente precisam, a ideia é tornar [a atividade] formal e garantir um trabalho decente para esses adolescentes dessa faixa etária em que é possível, de acordo com a legislação brasileira, trabalhar,” diz.

<b>Assunto: Medidas para responsabilizar jovens infratores são subutilizadas</b>
--

<b>Fonte: Agência Brasil EBC</b>
----------------------------------

<b>Data: 04/05/2015</b>
-------------------------



As medidas socioeducativas aplicadas a jovens infratores levam em consideração o histórico e as condições de vida dos adolescentes. “A Justiça da Infância tem um tratamento mais humanizado que leva em consideração todo o contexto social, a necessidade de recuperação e de ressocialização desse jovem”, explica o advogado e membro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo Ariel de Castro Alves.

Os profissionais envolvidos neste processo ouvidos pela **Agência Brasil** reclamam, entretanto, que nem todos os instrumentos fornecidos pela legislação são usados na prática. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) inclui possibilidades que vão desde a cobrança legal de envolvimento dos pais no processo até a utilização da semiliberdade – medidas que atualmente são subutilizadas. Para esses especialistas, alterar a legislação para infratores – com a redução da maioridade penal – sem aplicar a lei atual de forma plena não faz sentido.

O juiz titular da 4ª Vara da Infância e Juventude da cidade de São Paulo, Raul Khairallah de Oliveira e Silva, diz que faz determinações para que os pais de infratores cumpram medidas socioeducativas – entre elas, o tratamento psicológico, psiquiátrico ou de drogas e o acompanhamento da frequência e desempenho escolar dos filhos –, mas elas dificilmente são cumpridas. “Quando o adolescente responde por ato infracional, não é só ele que está respondendo. Responde ele e os pais ou responsáveis”, ressalta. Mas, segundo ele, a maioria dos magistrados não aplica nenhum tipo de medida aos pais. “E as medidas que eu aplico [aos responsáveis], muitas vezes, não são executadas porque o Estado não é estruturado para isso”, acrescenta.

Apesar das dificuldades em responsabilizar os pais pela conduta dos filhos, os infratores chegam às audiências acompanhados de responsáveis. Ricardo é pai de Luciano\*, de 14 anos, acusado de participar de dois roubos. Convencido da inocência do filho, o pai, que trabalha como segurança, diz que a família toda se sente punida, especialmente nos dias de visita. “Não é nada tranquilo, nada fácil. Eles marcam para entrar às 14h, a fila está dobrando o quarteirão. Você entra às 15h ou 15h30. Você passa um constrangimento. É muita humilhação. Você se sente um preso também, junto com eles”, relata sobre as dificuldades para encontrar o filho durante o mês de internação provisória. Já o jovem reclama de maus-tratos por parte dos internos. “Eles me tratam mal, pisam em nós”, queixou-se.

Vice-presidente do Movimento do Ministério Público Democrático, o promotor da infância Tiago Rodrigues vê problemas na aplicação das medidas voltadas aos próprios adolescentes. Segundo levantamento feito por ele na Promotoria da Infância e Juventude da capital, os infratores ficam, em média, pouco mais de sete meses internados. “O processo educativo não está sendo utilizado. Nós temos três anos para trabalhar esses adolescentes. Nós estamos

trabalhando, em média, um pouco mais de sete meses”, enfatizou com base na análise de 3,3 mil processos que passaram pela promotoria entre agosto de 2014 e março de 2015.

De acordo com o promotor, a falta de vagas é uma das razões para que as internações não tenham a duração necessária para um efetivo trabalho de reeducação dos infratores. “Neste momento, nós tememos que, infelizmente, a superlotação e a necessidade de abertura de vagas estejam abreviando o período de internação”, diz Rodrigues que critica ainda a pouca utilização de recursos como a semiliberdade, quando o jovem estuda e trabalha durante o dia, voltando para a unidade de internação apenas para dormir. “Nós não vamos conseguir mudar essa realidade simplesmente alterando o período máximo de internação [de três anos, previsto no ECA]”, acrescenta ao descartar que a redução da idade penal possa trazer benefícios ao processo de reinserção social.

Enquanto esperava a audiência do filho Ivan\*, de 17 anos, acusado de estupro, o vigilante Roberto\* disse que preferia que o filho recebesse uma medida de liberdade assistida. “Ele nunca tinha dado problema em relação a isso. Eu preferia que ele tivesse liberdade assistida para ter um acompanhamento, para que ele entenda a responsabilidade, o que ele fez. Porque eu acho que se ele ficar preso não vai mudar nada”, ressaltou o pai, que até voltou a estudar para poder acompanhar de perto o desempenho do filho. “Ver o que ele está fazendo, para ele não cabular aula. Só que eu vi como era a escola. Era para ter cinco aulas e só tinha uma. Vários professores faltando. Além de o aluno não querer, eles também não incentivam”, conta ao reclamar também das condições oferecidas pelo Estado para educação dos jovens.

As medidas que liberam a volta gradual do jovem ao convívio social permitem, segundo o promotor Rodrigues, uma avaliação mais precisa do processo socioeducativo. [A equipe multidisciplinar] pode observar um comportamento natural do adolescente e ver se houve um progresso no processo socioeducativo, ou não”, destaca.

A liberdade assistida, entretanto, apresenta outros desafios para os jovens. Depois de cumprir um mês de internação provisória por roubo, o adolescente Gustavo\*, hoje com 17 anos, conta que sofreu preconceito ao retornar à escola. “Alguns professores implicavam comigo. Eu tive um trabalho extra. Todo trabalho que eu fazia, não ganhava a nota mínima de cinco. Isso me prejudicou. O que me salvou foi a feira cultural em que eu consegui tirar dez”, relata sobre os problemas que enfrentou para conseguir concluir o último ano do ensino médio.

O técnico socioeducativo Danilo Ramos confirma a versão de Gustavo\*. Com base nos oito anos de trabalho no Centro de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente (Cedeca) em Sapopemba (zona leste da capital paulista), ele diz que os jovens que cumprem medidas de semiliberdade ou liberdade assistida tendem a sofrer perseguição no ambiente escolar. “O menino é visado. Qualquer coisa que ele faz, ligam aqui ou para a família. E fica um embate. Com isso, o jovem acaba abandonando [a escola]”, conta.

**Assunto: Reduzir maioria para crimes hediondos pode afetar jovens acusados de tráfico**

**Fonte:** Agência Brasil EBC

**Data:** 04/05/2015



O tráfico de drogas é uma das infrações mais praticadas pelos jovens em conflito com a lei. Em 2014, o envolvimento com o comércio ilegal de entorpecentes levou 2,9 mil adolescentes às varas especiais da Infância e Juventude da capital paulista. O número representa 21,6% do total de casos e só é superado pelas acusações de roubo, 4,3 mil casos – 32,4% do total.

Com as discussões sobre a redução da maioria penal de 18 para 16 anos, os jovens com esse tipo de envolvimento têm ainda mais chance de serem afetados. “Ele pode ser considerado um traficante e tratado como autor de um crime hediondo”, alerta o advogado e membro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo, Ariel de Castro Alves.

Entre os projetos que propõe a alteração da idade em que a pessoa pode responder criminalmente, há propostas de redução apenas para os crimes considerados hediondos, caso do tráfico de drogas.

De 2010 a 2014, foram apreciados 14,1 mil casos de tráfico pelas varas especiais da Infância e da Juventude da capital paulista.

Em todo o país, 5,8 mil adolescentes passaram por medida socioeducativa em 2013, acusados de envolvimento com a venda de entorpecentes. Segundo dados preliminares do levantamento anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), o número representa 23,46% do total de atos infracionais.

Apesar dos reflexos para os acusados de tráfico, os argumentos dos defensores da redução da maioria para os crimes hediondos se baseiam, em geral, em atentados contra a vida.

“Crimes como o homicídio qualificado, o latrocínio e o estupro não podem ensejar apenas a retribuição por um ato infracional. Nessas graves hipóteses, cabe instituir a responsabilidade penal plena, submetendo o menor de 18 anos a processo penal e privação de liberdade, em caso de condenação”, diz o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 382 de 2014, do deputado Akira Otsubo (PMDB-MS) que pede a mudança da idade penal para crimes hediondos.

A proposta de Otsubo é uma das 38 apensadas à proposta principal – a PEC 171/1993 – que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos e foi admitida pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados no final de março. Agora, a proposta está sendo analisada por uma comissão especial da Câmara dos Deputados. O deputado Laerte Bessa (PR-DF), ex-delegado e ex-diretor da Polícia Civil do Distrito Federal, foi escolhido para ser

o relator da proposta. Para Bessa, a comissão tem o importante dever de regulamentar uma situação que está sendo exigida pela sociedade brasileira.

Em 2014, os crimes contra a vida representaram 0,84% dos 13,4 mil processos apreciados nas varas da Infância e Juventude de São Paulo. Somados, os processos por latrocínio e homicídio totalizaram 114 casos no ano.

No panorama nacional, o homicídio ficou em terceiro lugar entre os atos cometidos por jovens que passaram por medidas socioeducativa em 2013, com 8,81% dos casos. O latrocínio, em oitavo, com 1,94% das infrações. Os dois crimes juntos totalizaram 2,7 mil ocorrências de um total de 25 mil, segundo dados do Sinase.

Em audiência pública realizada esta semana na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário Brasileiro, na Câmara dos Deputados, o diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Renato Campos de Vitto, disse que o sistema não tem condições de internar adolescentes. Para de Vitto, se a maioria penal for reduzida, haverá aprofundamento do déficit de vagas, que hoje é de 216,4 mil.

Na última quarta-feira (29), a presidenta Dilma Rousseff criticou as propostas que reduzem a maioria penal. “Toda experiência demonstra que redução não resolve a questão da violência”, destacou Dilma em um evento para juventude rural. Na quinta-feira (30), nove ministros que ocuparam a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) desde o governo Fernando Henrique Cardoso assinaram um manifesto em que se posicionam contrários à redução da maioria.

**Assunto: Sistema socioeducativo amedronta jovens; profissionais defendem aprimoramentos**

**Fonte: Agência Brasil EBC**

**Data: 04/05/2015**



Apesar dos problemas, o advogado e membro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo Ariel de Castro Alves acredita que o sistema socioeducativo ainda possibilita maiores chances de recuperação para os infratores do que as penitenciárias. Marcelo Camargo/Agência Brasil

Medo é a primeira palavra usada pelos jovens infratores para definir a experiência com os sistemas Judiciário e socioeducativo. “Tenho medo, como o medo que estou agora”, revelou Anderson\*, de 16 anos, sobre o que sentia em relação à possibilidade de redução da maioridade penal, de 18 para 16 anos, em discussão no Congresso. Era a segunda vez que o tráfico de drogas o levava a passar por um processo nas varas especiais da Infância e Juventude da cidade de São Paulo. O fórum, que em 2014 julgou 13,4 mil processos de atos infracionais, é considerado o maior do gênero na América Latina.

Acompanhado da mãe, o jovem temia não só as possíveis repercussões da discussão na Câmara dos Deputados, mas também a decisão do juiz que seria anunciada em breve.

Ele aguardava a audiência em uma fila na porta da 4ª Vara de Infância e Juventude. O prédio, construído em 1910, fica no bairro do Brás, zona leste paulistana. As salas são montadas com divisórias de escritório e os corredores são estreitos para o grande fluxo de pessoas. Sem bancos ou cadeiras, os adolescentes e as famílias aguardam as audiências em pé.

“Veja esse fórum, onde nós tratamos da geração futura, que são os infratores. Um prédio caindo aos pedaços que já devia ter sido restaurado, reformado, estruturado”, reclama o juiz titular da 4ª Vara e coordenador do fórum, Raul Khairallah de Oliveira e Silva.

A estrutura física das varas reflete, na opinião de Khairallah, a falta de prioridades do Poder Público no tratamento do jovem infrator. “Vai lá no Fórum Criminal na Barra Funda, veja a estrutura que eles têm. Parece uma cidade. Um monte de policiais para fazer escolta e tudo mais. Ali você está lidando com criminosos que você dificilmente vai ter como ressocializar”, compara o magistrado que também foi juiz criminal. “Enquanto você está na fase de desenvolvimento, a chance de você poder fazer alguma coisa para a ressocialização é infinitamente maior”, enfatiza.

Sempre com o olhar baixo e as mãos para trás, ainda que não estivesse algemado, Anderson relatou que a segunda apreensão estava relacionada à anterior. “Eu tinha que pagar as drogas que eu perdi na primeira [apreensão]”, contou o jovem que foi pego novamente vendendo cocaína.

Pelo flagrante, o adolescente estava há um mês e seis dias internado provisoriamente, como ele mesmo informou com precisão. Sobre a passagem pela Fundação Casa, Anderson tinha críticas. “Tudo errado”, resumiu levantando o rosto pela primeira vez durante a entrevista. “O jeito que nos tratam lá, agredindo e batendo”, detalhou.

Apesar dos problemas, o advogado e membro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo Ariel de Castro Alves acredita que o sistema socioeducativo ainda possibilita maiores chances de recuperação para os infratores do que as penitenciárias. “Em muitas unidades, em vários locais do país, inclusive São Paulo, existem inúmeras denúncias de maus-tratos, tortura e ociosidade. Mas são casos mais pontuais, enquanto o problema é mais generalizado quando nós tratamos do sistema penitenciário”, avaliou.

“Se ocorresse um aprimoramento para cumprir corretamente o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei das Medidas Socioeducativas de 2009, certamente nós teríamos muito mais resultados no sentido de reduzir ainda mais a reincidência”, acrescenta Ariel.

Opinião que coincide com a do vice-presidente do Movimento do Ministério Público Democrático, Tiago Rodrigues. “Se nós não utilizamos todas as ferramentas, todos os recursos que a lei já nos dispõe, de que adianta ampliar isso?”, questiona o promotor que atua na área da Infância e Juventude da capital paulista sobre a proposta de reduzir a maioria penal.

Entre as medidas que Rodrigues considera subutilizadas está a semiliberdade, quando o jovem trabalha e estuda durante o dia, retornando para a unidade de internação para dormir. “De modo que o assistente social, o psicólogo e toda a equipe técnica envolvida no processo de reeducação possa observar um comportamento muito mais natural desse adolescente e verificar, com precisão, se ele está preparado para voltar ao convívio comunitário.”

Segundo um levantamento feito com os 3,36 mil casos que passaram pela promotoria da Infância e Juventude entre agosto de 2014 e março de 2015, apenas 271 adolescentes, dos 1.232 que passaram por internação no período, progrediram para a semiliberdade. “Os demais foram direto da internação para o meio aberto”, destacou.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê seis medidas socioeducativas que podem ser aplicadas a adolescentes a partir dos 12 anos: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação. A medida é aplicada de acordo com a capacidade de cumpri-la, as circunstâncias do fato e a gravidade da infração.

Após um mês de internação provisória, o adolescente Gustavo\* passou a cumprir liberdade assistida. Sobre o período na Fundação Casa, o jovem, hoje com 17 anos, lembra da relação difícil com os funcionários da instituição. “Eles não passam confiança. Passam medo”, lembra. “Se você não faz o que eles mandam, eles dão tapa na cabeça. Dão chutes”, conta.

O receio também vinha das incertezas do jovem sobre os desdobramentos do processo por roubo. “Eu não sabia se ia ficar fichado. Não sabia o que ia acontecer. Eu tinha esse medo de não poder arrumar emprego, não poder ter cargo público”, acrescenta.

Hoje, Gustavo avalia que a experiência acabou tendo pontos positivos, principalmente a participação em atividades culturais e rodas de conversa – que faziam parte das medidas socioeducativas cumpridas no período de liberdade assistida no Centro de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente (Cedeca) em Sapopemba, zona leste paulistana.

Segundo ele, essas atividades acabaram despertando o seu interesse pela política e pelo funcionamento institucional do país. “Tem uma parte da sociedade que tem todos os seus direitos. Já tem uma que tem os seus direitos negados. Principalmente os adolescentes que estão dentro da fundação, esses não têm direito nenhum. Mal sabem dos seus direitos”, analisa o jovem que, além de estudar para concursos públicos, pretende cursar dois cursos universitários: psicologia e ciências sociais. “A Fuvest [vestibular da Universidade de São Paulo] não é um bicho de sete cabeças”, conclui otimista.

Sobre as denúncias de supostos desrespeitos aos jovens, a Fundação Casa, por meio de sua assessoria, disse que leva em consideração os direitos humanos dos adolescentes e não tolera qualquer tipo de prática de violência nos centros socioeducativos. “A instituição pauta seu atendimento pelas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), com respeito à integridade física e psicológica dos jovens”, disse em nota.

A instituição destacou ainda que aplica sanções administrativas, por meio da corredegoria-geral, aos funcionários que participam de episódios identificados de violência. Essas medidas podem ir de suspensão à demissão por justa causa.

<b>Assunto: Nepal - Unicef mostra preocupação com o tráfico de crianças</b>
---

<b>Fonte: Portal Andi</b>
---------------------------

<b>Data: 04/05/2015</b>
-------------------------



O Núcleo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em Katmandu alertou neste domingo (3) para o risco de aumento do tráfico de crianças no Nepal na sequência do terremoto, assim como para o perigo de agravamento de problemas já existentes, como a subnutrição. O Unicef está preocupado com o movimento ilegal de crianças “no meio do caos” associado a qualquer emergência, polícia e autoridades fronteiriças continuam os trabalhos. Segundo a chefe da Proteção Infantil do Unicef no Nepal, Virginia Pérez, dados da Organização das Nações Unidas (ONU) relativos a 2001 mostram que 12 mil crianças eram traficadas por ano no Nepal. “Não sabemos até que ponto esses números estão atualizados”, disse, acrescentando que o Nepal e a Índia têm uma fronteira que pode ser atravessada com facilidade e sem documentação. Explicou que o risco incide, sobretudo, nas crianças que não têm quem cuide delas, que se movem de um lado para o outro, que podem separar-se dos pais e acabar na Índia ou em outro país. A subnutrição, o perigo da falta de alimentos e o atraso no regresso à escola, assim como o perigo das doenças causadas pela falta de saneamento, são também preocupações do Unicef. O trabalho infantil é outra preocupação do órgão, já que agora é necessária muita mão de obra para reconstruir o país. O terremoto de 25 de abril destruiu vários distritos de Katmandu e outros setores da capital nepalesa. Até o momento, o balanço aponta para aproximadamente 7 mil mortos e 14 mil feridos. Segundo a ONU, 160 mil casas foram destruídas e cerca de 143 mil danificadas, sendo necessários US\$ 415 milhões para fazer frente à crise humanitária que atinge aquele país dos Himalaias.

**Assunto: ONU celebra libertação de 200 meninas nigerianas raptadas pelo Boko Haram**

**Fonte: Portal Andi**

**Data: 04/05/2015**



O enviado especial das Nações Unidas para a Educação Global, Gordon Brown, celebrou a libertação de 200 meninas raptadas pelo Boko Haram e pediu a libertação imediata de todas as meninas que continuam em mãos do grupo armado. Ele afirmou que é hora de acabar com o esse pesadelo e conversou na última quinta-feira (30) com o presidente eleito da Nigéria, Muhammadu Buhari, sobre as desaparecidas. Cerca de 270 meninas foram raptadas pelo Boko Haram de sua escola em Chibok, localizado no estado de Borno, nordeste da Nigéria, em abril de 2014, com a intensificação dos ataques brutais do grupo militante às crianças no país africano. Brown disse que seu encontro com o presidente serviu para explicar como a comunidade internacional pode fornecer ajuda militar para libertar as meninas. “Também vou oferecer ajuda para escolas seguras que permitam que meninas participem da educação livre de medo”, ressaltou Brown. “Por anos famílias ficaram sem saber se suas filhas estavam vivas ou mortas, casadas, vendidas ou violadas como resultado de seu cativeiro. Agora que algumas meninas foram liberados queremos todas as meninas libertadas. E nós as queremos em casa com suas famílias em dias – e não meses ou anos.” De acordo com o enviado especial, 10 milhões de crianças não vão à escola na Nigéria atualmente. Informações do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) registram mais de 300 escolas danificadas ou destruídas e pelo menos 196 professores e 314 alunos mortos ao final de 2014, como resultado do conflito no nordeste da Nigéria entre o Boko Haram e as forças militares.

<b>Assunto: Caso Kalungas - ONG denunciou abusos há 5 anos</b>
--

<b>Fonte: Portal Andi</b>
---------------------------

<b>Data: 04/05/2015</b>
-------------------------



A violência sexual contra crianças e adolescentes kalungas já havia sido denunciada em 2010 pelo Grupo de Mulheres Negras Malunga, uma organização não-governamental (ONG). Na época, elas registraram relatos de abuso sexual em relatório de um projeto realizado com 160 crianças e adolescentes remanescentes de escravos, em Cavalcante, no Nordeste de Goiás. A iniciativa perdeu força diante das ameaças de morte direcionadas às integrantes do projeto. A economista Maria Cristina de Oliveira atuou como coordenadora do projeto e fez um alerta, apesar de ter recebido ameaças. “Questões relacionadas à reação da vítima, à situação da família nos casos de denúncia e comprovação dos abusos, bem como o desenrolar dos procedimentos policiais e judiciários, se impõem”, escreveu ela, na época, em documento enviado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que financiou o projeto. Apesar de o Fórum de Cavalcante contar 31 processos por estupro de vulnerável desde 2003, dos quais três são de vítimas kalungas, a presidente da ONG, a técnica em enfermagem Sônia Cleide Ferreira da Silva, disse que a estatística não é maior por causa do medo e isso faz o crime seguir subnotificado. “O número baixo é um reflexo desse medo, mas estou muito esperançosa de que realmente vai ter uma solução agora após o trabalho do jornal”, afirmou ela, referindo-se à reportagem exclusiva do Popular publicada em 4 de abril.

**Assunto: Estudo aponta crescimento de 60% da violência infantil em Teresina**

**Fonte:** Promenino

**Data:** 04/05/2015

Promenino



O IV Conselho Tutelar de Teresina identificou que, durante o ano de 2014, houve um aumento de 60% da violência infantil na capital piauiense. Os dados vêm de um estudo realizado pelo Mapa da Violência, projeto criado pelo sociólogo e ex-coordenador de Pesquisa e Avaliação da Unesco, Julio Waiselfisz.

No ano passado, ao todo, foram registrados 746 casos de violência no município, tendo como vítimas 424 crianças e 322 adolescentes – a maioria residente de bairros da Zona Leste de Teresina.

O ranking da violência na cidade conta com 77 bairros. Os bairros Pedra Mole, Satélite e Vila Santa Bárbara foram considerados pela pesquisa os mais perigosos para crianças e adolescentes.

Segundo o conselheiro tutelar Djan Moreira, a maior parte das agressões acontece dentro dos lares onde moram as vítimas. “Os violadores, geralmente, são familiares. A mãe tem maior incidência, seguida pelo pai, avô, tio, etc. A violência está dentro da própria casa, onde aqueles que deveriam proteger estão sendo os verdadeiros algozes”, explica.

Os tipos de violência também foram analisados. “Em toda a área da Zona Leste, em primeiro lugar, foram identificados muitos casos de negligência dos pais para com os filhos, em segundo lugar ficaram os conflitos familiares, marcados pelo álcool e drogas. Violência física aparece em terceiro, em quarto vem o abuso sexual e em quinto, evasão escolar”, classifica Moreira.

De acordo com o conselheiro tutelar, o estudo deve ser encaminhado à Prefeitura Municipal de Teresina, para que o Poder Executivo seja assessorado e elabore programas que visem mudar esta realidade.

**Assunto: Exemplo que vem do Sul - projeto pedagógico reúne educação integral e digital em Viamão (RS)**

**Fonte:** Promenino

**Data:** 04/05/2015

Promenino



**Escola Municipal Zeferino Lopes de Castro**

*“Na medida em que o homem, integrando-se nas condições de seu contexto de vida, reflete sobre elas e leva respostas aos desafios que se lhe apresentam, está criando cultura.”*

Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira

Uma das paixões do estudante Vitor Matheus, de 15 anos, morador de Viamão (cidade de 250 mil habitantes localizada na região metropolitana de Porto Alegre) sempre foram os cavalos. Criado na Zona Rural da cidade, filho de trabalhadores do campo, Vitor é um menino muito inteligente – mas, quando criança, passava muito tempo quieto. Mesmo em casa, os pais ficavam preocupados com sua timidez.

Há dois anos, por meio do Programa Escolas Rurais Conectadas, da Fundação Telefônica Vivo, Vitor ganhou o primeiro notebook para ser utilizado na sala de aula da Escola Zeferino Lopes de Castro. À época, ele e outros 105 estudantes do colégio de Ensino Fundamental receberam equipamentos para acessar a internet.

Na sua primeira pesquisa virtual, a ser apresentada em sala de aula, Vitor não teve dúvidas sobre o tema: falaria sobre os cavalos crioulos, raça comum na região. Descobriu tantas novidades sobre seu animal predileto que, ao ficar em frente da classe para contar aos colegas o que descobriu, deixou a vergonha de lado, assumiu o microfone e discursou como um especialista. “Antes eu tinha medo de falar algo errado, então, não falava. Agora, que abordo um assunto que lido desde os quatro anos de idade, perdi até a vergonha de falar em público”, conta.

A história de Vitor é um dos exemplos positivos vindos de Viamão. A parceria da Escola Zeferino Lopes de Castro com a Fundação Telefônica Vivo culminou na criação do **Laboratório de Viamão**. O projeto virou exemplo nacional por ser um laboratório digital criado especialmente para as necessidades da educação no campo, a fim de estimular os alunos e a comunidade rural a lidar com a tecnologia.

“Nossos alunos evoluíram tanto em tão pouco tempo. Nunca vi algo assim”, comemora Maria Clarice de Oliveira, secretária municipal de Educação de Viamão. Em apenas seis meses, 75% dos alunos atingiram níveis avançados no cotidiano digital e 100% deles utilizaram a nuvem para realizar trabalhos. Atividades no Google Apps for Education – aplicativo para troca de informações que facilita a execução de pesquisas e apresentações multimídia – também foram realizadas, além da criação de websites para a exibição de trabalhos dos estudantes.

### “Não vai ter mais caderno?”

Se, a princípio, os familiares se assustaram com a ideia de que os estudantes lidassem diretamente (ou exclusivamente) com a tecnologia, hoje se orgulham em ver os filhos navegando pela internet e aprendendo com as páginas educacionais.

O impacto do Laboratório de Viamão foi tão grande que os professores propuseram um modelo de educação integral, passando a trabalhar 40 horas semanais na Escola Zeferino Lopes e a se dedicar exclusivamente a apenas uma escola e, como consequência, a se deslocar menos.

### **Passo a passo da construção do Laboratório**

A fim de expandir o Projeto Escolas Rurais Conectadas, a Fundação Telefônica Vivo oferece instrumentos digitais como ferramenta pedagógica a uma escola, além da rede de fibra ótica, com o objetivo de explorar ao máximo o aprendizado pelos caminhos da tecnologia.

Para que o experimento de um laboratório tecnológico fosse executado com profundidade e empenho de todas as partes envolvidas – professores, coordenadores, Secretaria Municipal de Educação, alunos e pais – seria preciso encontrar pessoas abertas a receber a tecnologia no campo. Um projeto como o Laboratório de Viamão requer, além de estrutura física e tecnológica, uma grande mudança nos horários, na rotina e nos métodos pedagógicos da escola.

Juliano Bittencourt, coordenador executivo do projeto, acredita que os alunos da Zeferino estão se tornando investigadores: “Eles trazem as suas vivências e cabe aos professores discutir a linha da investigação a partir de situações reais da vida no campo, suas curiosidades e áreas de conhecimento. São verdadeiros construtores de conhecimento”, reflete.

Seus salários passaram por ajustes. Reuniões foram realizadas até que todos, incluindo a equipe executora do projeto, chegassem à conclusão sobre qual formato seria melhor para os alunos e professores. Para debater um determinado assunto, os educadores de diferentes disciplinas passaram a se encontrar a fim de entender como levá-lo aos estudantes por meio de óticas distintas. A energia solar, por exemplo, passou a ser debatida nas aulas de física, de ciências, de matemática e biologia.

Instalou-se, também, a EDITI (Escola Digital de Turno Integral). Com isso, o corpo docente foi treinado para lidar com os novos utilitários tecnológicos e também com as redes, aplicativos e, quem diria, a robótica. Juliano Bittencourt, parceiro executor do projeto pela Associação Telecentro de Informações e Negócios (ATN), confirma: “O computador cria um rico ambiente de troca de histórias. Para um aluno, é muito mais interessante criar um robô do que ler sobre robôs na Wikipédia”.

Os estudantes se empolgaram e não ficaram só na teoria: realmente criaram robôs com o apoio da empresa Lego, que ofereceu peças utilizadas nos projetos de robótica. Os estudantes conceberam um protótipo de mão mecânica, desenvolvida com as peças do brinquedo, para ilustrar o sistema nervoso.

Tantas conquistas não devem parar por aí. Para Mila Gonçalves, gerente de Projetos Sociais da Fundação Telefônica, “o Laboratório de Viamão é um exemplo para o Brasil”. O assessor técnico da Diretoria de Políticas e Educação no Campo e Diversidade do Ministério da Educação, Alexandre Juarez dos Santos, concorda. Para ele, “o Laboratório provou que pode e deve ser levado para outras escolas do país e não deve ficar apenas em Viamão”.

### **Leitura do mundo, leitura da palavra**

Paulo Freire (1921-1997), Patrono da Educação Brasileira, afirmava que, para alfabetizar um trabalhador do campo, é preciso começar pelas coisas do campo. Com isso, Freire queria dizer que a educação começa pela vivência do aluno, e não obrigatoriamente pelo que o professor acredita que esse aluno ‘deve’ aprender – afinal, “não existem saber mais ou menos, há saberes diferentes”, dizia.

As chamadas “palavras geradoras” são um conjunto de palavras muito familiares a quem será alfabetizado. No caso de um agricultor, essas palavras poderiam ser “pá”, “enxada”, “semente”, “terra”, assim por diante.

“As escolas rurais são pouco valorizadas, chegam a ser marginalizadas, tendo seu potencial subestimado. Por isso, é importante elevar a cultura local, mostrá-la para o restante do país, incluindo os centros urbanos. Não se trata de ignorar conhecimentos globais, pelo contrário: é importante ter ambos. E a tecnologia viabiliza tudo isso”, diz Maria Clarice de Oliveira, secretária Municipal de Educação de Viamão, ex-professora de escolas rurais e entusiasta de uma nova tecnologia italiana chamada arduíno, que começou como um projeto educacional e hoje ganhou novas áreas. “É preciso investir na escola do campo para que, no futuro, ela seja uma escolha, e não falta de oportunidade”, acredita.

O decreto nacional [7.352/2010](#) estabelece que escola do campo é aquela situada tanto em área rural, definida pelo IBGE, quanto em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do meio rural, ou seja: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.  
*Fonte: Palácio do Planalto / Presidência da República*

**Assunto: Comissão promove debate denúncias de exploração sexual de crianças no Pará**

**Fonte:** Agência Câmara

**Data:** 04/05/2015



A Comissão de Direitos Humanos e Minorias debate nesta quarta-feira (6) a denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes na região do Marajó no Estado do Pará. O debate foi proposto pelo deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA).

Segundo o deputado, em 2014 foram abertos quatro inquéritos pela polícia civil do Pará para apurar denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes na região do Marajó (PA).

Segundo o parlamentar, os casos fazem parte da Operação Upiara III, coordenada pela Diretoria de Atendimento a Grupos Vulneráveis da Polícia Civil do Pará, que no período de setembro de 2012 a novembro de 2014 visitou as localidades de Chaves, Afuá, Anajás, Breves, entre outras localidades do Marajó.

Foram convidados:

- o ministro da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, Pepe Vargas;
- a defensora pública federal, Rita Cristina de Oliveira Tomaz;
- o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/PA, Jarbas Vasconcelos;
- a diretora de Atendimento a Grupos Vulneráveis da Polícia Civil do Pará, delegada Simone Edoron Machado Araújo;
- o coordenador de Planejamento e Desenvolvimento de Ações pela Paz - Pro paz, Jorge Bittencourt;
- o bispo da Paróquia do Marajó, Dom José Ascona; e
- a representante da Comissão de Justiça e Paz, Irmã Henriqueta Cavalcanti.

O debate será realizado às 14 horas, no plenário 09.

**Assunto: CPI da Violência contra Jovens Negros realiza audiência hoje no Rio**

**Fonte:** Agência Câmara

**Data:** 04/05/2015



A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Violência contra Jovens Negros e Pobres realiza, hoje, diligência e audiência pública no Rio de Janeiro (RJ).

Pela manhã, os deputados visitam o Complexo do Alemão, em conjunto com as comissões de Direitos Humanos e de Educação da Assembleia Legislativa do Estado (Alerj). Moradores da comunidade darão palestras sobre a garantia de segurança a partir de direitos sociais.

À tarde, a partir das 14h30, haverá debate com especialistas, representantes do governo estadual e da sociedade civil, no auditório da Alerj. O pedido de audiências estaduais foi feito pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), para “levantamentos de diagnósticos, informações, oitivas e diligências.”